



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638583 - SP (2021/0001277-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TATIANE BOTTAN - SP332009
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : D F DA S (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de D. F. da S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2192560-37.2020.8.26.0000).

O paciente cumpre medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional análogo ao delito de tráfico de drogas.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar a manutenção da internação do menor, aduzindo que o paciente tem 19 anos de idade, sendo cabível a extinção da medida ou a sua substituição por liberdade assistida.

Assevera que o adolescente reúne condições favoráveis para a obtenção da extinção da medida socioeducativa, destacando a inexistência de razoabilidade na internação e reforçando que a medida já atingiu suas finalidades.

Alega que o relatório técnico indicou que a medida socioeducativa é desnecessária.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja extinta a medida socioeducativa ou, subsidiariamente, substituída a internação por liberdade assistida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente